



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de números **01** a **04** foram elaboradas a partir do texto seguinte.

Complexo de vira-lata 2.0

Nelson Rodrigues chamou de complexo de vira-lata a inferioridade que o brasileiro voluntariamente se impõe perante o resto do mundo. Para o cronista, esse complexo teria sido superado com o título mundial de 1958. Isso ao menos entre as quatro linhas, onde construímos um futebol único e nos tornamos os maiores e os melhores.

Tínhamos o patrimônio do futebol-arte, remédio para qualquer problema de autoestima. Mas sofremos um duro golpe narcísico com uma nova derrota em casa na última Copa. O “futebol-totem”, a verdade em torno da qual nos aglutinávamos reforçando uma identidade nacional, ruiu. Ainda somos os melhores?

É como se andássemos carregando uma coroa oxidada. No íntimo ferido, a necessidade da autoafirmação, “somos os melhores”. Ao mesmo tempo, na superfície, a mágoa e o rancor ao nos afirmarmos profundamente inferiores.

Aprisionados nessa conflituosa ambiguidade, inferiorizar o futebol brasileiro parece ser o mote das críticas e cobranças de boa parte da mídia. Carecendo de novas verdades, “profetas” anunciam caminhos, vendem verdades que pouco servem à evolução de nosso futebol. **Aplaudem** mais as medidas e o futebol de outros países, como se o autoelogio ou o reconhecimento do Brasil fosse uma espécie de tabu.

É verdade que a globalização misturou estilos e fez o futebol crescer pelo mundo. Devemos ver o que de bom é produzido lá fora e descobrir como podemos aproveitar. Mas o aplauso ao outro, por vezes, não soa simplesmente como a admiração ao belo e ao sublime produzido no futebol. No fundo, para o narciso ferido, aponta para uma falta, como se a afirmação do outro fosse a sua própria negação. Retomamos, então, o “Narciso às avessas” de Nelson, que cospe na própria imagem, afirmando que aqui nada presta e que o que é produzido lá fora é o ideal.

Falamos da ativação de um complexo que acaba por desvalorizar elementos tradicionalmente brasileiros, favorecendo uma paulatina descaracterização de nosso futebol. É de se perguntar: se Garrincha fizesse seu drible hoje, quão execrado pela mídia ele poderia ser pela falta de objetividade e menosprezo ao adversário? Críticas como essas possuem suas raízes em um modo europeu de se analisar o futebol. Estranhamos essas críticas — desrespeitosas, por sinal — a uma geração de jogadores brasileiros que fazem parte da maioria estrangeira no campeonato de clubes mais valorizados.

(Walter Feldman; Rogério Caboclo. www.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/09/1683161-complexo-de-vira-lata-20.shtml. Adaptado)

01. De acordo com os autores,

- (A) a expressão “complexo de vira-lata” já não se aplica à sociedade brasileira, uma vez que o sentimento nacionalista foi incutido nos indivíduos desde a Copa de 1958.
- (B) a descaracterização do futebol nacional deveu-se a um progressivo retorno de um sentimento de inferioridade, que levou o brasileiro a migrar para o futebol europeu.
- (C) o futebol brasileiro enfrenta uma nova fase do complexo de inferioridade, estimulada pela mídia, que exalta o modelo de jogar europeu em detrimento do estilo nacional.
- (D) a derrota em casa na última Copa ocasionou um retorno do “complexo de vira-lata” ao futebol brasileiro, a despeito do apoio e do estímulo da mídia esportiva.
- (E) o futuro do futebol brasileiro depende da retomada da autoestima, e isso deve decorrer da supressão da influência do futebol estrangeiro, conquanto se esteja em um meio globalizado.

02. Considerando o emprego contextualizado da forma verbal **Aplaudem**, em destaque no quarto parágrafo, afirma-se corretamente que estabelece relação de antonímia com:

- (A) Acatam.
- (B) Aquilatam.
- (C) Deferem.
- (D) Aviltam.
- (E) Ratificam.

03. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão “complexo de vira-lata” foi cunhada por Nelson Rodrigues para designar o sentimento de inferioridade com relação aos estrangeiros a que se submetia, antes da Copa de 1958, grande parte dos brasileiros.
- (B) Para Nelson Rodrigues, o título mundial de 1958, ainda que entre as quatro linhas do campo de futebol, possibilitou que surgisse, no povo brasileiro, sentimentos de orgulho e identificação intensas com a ideia de nação.
- (C) Devem-se considerar que a derrota na última Copa acarretou um impacto significativo sobre a autoestima dos brasileiros, que tiveram profundamente abalado sua ideia de identidade nacional, obrigando-os a rever sua relação com o futebol.
- (D) Após a Copa de 2014, passaram a haver muitas críticas à Seleção Brasileira de Futebol, contra as quais Walter Feldman e Rogério Caboclo se pronunciam, saindo em defesa da valorização das qualidades inerente ao futebol nacional.
- (E) Com a globalização, tornaram-se inevitáveis que os estilos de futebol se misturassem, o que pode ser considerado positivo, caso não se perca, nesse intercâmbio, as características responsáveis por fazer cada estilo de jogar único.

04. A colocação pronominal está correta, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- (A) O torcedor brasileiro parece cético, pois não recuperou-se da derrota na última Copa.
- (B) Ultimamente, a torcida brasileira tem questionado-se acerca da qualidade do futebol nacional.
- (C) O futebol que joga-se no Brasil atualmente é muito diferente daquele da década de 1950.
- (D) Se a preocupação fosse apenas com resultado, o futebol-arte brasileiro ainda manteria-se vivo?
- (E) A equipe brasileira encontra-se em um processo de reestruturação e poderá recuperar-se.

05. Leia a tira.



(Hagar. Dik Browne; Chris Browne. www.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#17/1/2015)

As lacunas dos quadrinhos podem ser, correta e respectivamente, preenchidas, segundo a norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) torná-lo ... lembrá-lhe de que
- (B) torná-lo ... lembrá-lo de que
- (C) tornar-lhe ... lembrar-lhe de que
- (D) tornar-lhe ... lembrá-lo que
- (E) tornar-lhe ... lembrar-lhe que

Leia o poema e responda às questões de números 06 e 07.

O sentido normal das palavras não faz bem ao poema.
Há que se dar um gosto incasto aos termos.
Haver com eles um relacionamento voluptuoso.
Talvez corrompê-los até a quimera.
Escurecer as relações entre os termos em vez de aclará-los.
Não existir mais rei nem regências.
Uma certa liberdade com a luxúria convém.

(Manoel de Barros. Retrato quase apagado em que se pode ver perfeitamente nada, VII, *Poesia completa*. São Paulo, Leya, 2010, p. 265)

06. Para o poeta, a

- (A) representação do devaneio atribuirá um teor de ingenuidade às ações libidinosas.
- (B) poesia limita-se a abordar temas vinculados a relacionamentos amorosos.
- (C) lubricidade está no plano das ideias e não pode suscitar reações no leitor.
- (D) linguagem usada no poema deve subverter as convenções gramaticais.
- (E) liberdade no uso das palavras precisa estar isenta de um discurso irracional.

07. Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, a frase correta é:

- (A) É possível afirmar que, por meio da seleção vocabular e do ritmo, o poeta alude à certa relação voluptuosa no seu texto.
- (B) O poeta emprega construções sintáticas ambíguas, às quais geram uma sensação de estranhamento no leitor.
- (C) Pode-se atribuir à ideia de quimera, tal como é usada no poema, uma série de sentidos complementares.
- (D) O poema oferece ao leitor à possibilidade de descobrir novas nuances de sentidos em termos já conhecidos.
- (E) Como todo texto literário, o poema de Manoel de Barros é polissêmico, ou seja, está sujeito à várias interpretações.

08. Considere o texto a seguir.

A ideia de “bem comum” compreende, em linhas gerais, que, enquanto cidadãos, devemos procurar, por meio da nossa ação, pensar na sociedade como um todo e não apenas nos nossos interesses pessoais. Kant aprezoava que deveríamos guiar nossa ação como se fôssemos “um legislador universal”, isto é, verificar se nossa conduta seria universalizável, destacando que, para tanto, não deveríamos agir auto-interessadamente. Inobstante, por lógico, como cada ser humano tem suas experiências e concepções, logo, a ideia de “bem comum” não é homogênea na práxis. Ou seja, quer exista quer não um padrão de “bem comum”, na prática, sempre haverá diferentes visões deste. E, por meio do debate, será possível aperfeiçoar as diferentes concepções, compreender os prós e os contras de determinadas escolhas e, assim, alcançar decisões mais racionais. Portanto, é por meio da dialética que a sociedade, racionalmente, pode se desenvolver adequadamente e esta somente é assegurada pela Democracia. Por isso, a liberdade de expressão e a de crença são asseguradas na *Constituição da República Federativa do Brasil*.

(Evérton Raphael Motta Reduit. *Crenças homogeneizantes: o fim da democracia*. www.evertonraphael.jusbrasil.com.br. Adaptado)

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) as decisões mais racionais que garantem o bom funcionamento da Democracia dependem da visão racional e consensual do que seja o “bem comum”.
- (B) a liberdade de expressão e de crença deve ser assegurada pela legislação, pois possibilita a prática de ações altruístas, que padronizam o “bem comum”.
- (C) as diferentes interpretações para o “bem comum” evidenciam a incapacidade do homem de cultivar uma atitude racional e, conseqüentemente, democrática.
- (D) a dificuldade em se alcançar uma definição para o “bem comum” acarreta o conflito de interesses que obstrui o aprimoramento da Democracia.
- (E) o conceito de “bem comum” não é unívoco e, por conseguinte, deve constituir-se do diálogo racional estabelecido entre diferentes grupos sociais.

09. Leia o trecho seguinte.

O advogado indispensável à administração da Justiça é defensor do Estado democrático de direito da cidadania da moralidade pública da Justiça e da paz social subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.

(Código de ética e disciplina da OAB, Cap. I, Art. 2º, www.oab.org.br/arquivos/pdf/LegislacaoOab/codigodeetica.pdf. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o texto apresentado está corretamente pontuado.

- (A) O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.
- (B) O advogado indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático, de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado, à elevada função pública que exerce.
- (C) O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social. Subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.
- (D) O advogado indispensável, à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social; subordinando a atividade do seu Ministério Privado, à elevada função pública que exerce.
- (E) O advogado indispensável, à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social; subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública, que exerce.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

10. A frase em que todas as formas verbais estão empregadas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:
- (A) O policial, como se receiasse pôr em risco a vida de seus informantes, optou por omitir seus nomes do relato que integrou o processo que deflagrou a prisão de dez criminosos envolvidos em um esquema internacional de tráfico de entorpecentes.
 - (B) O cônsul requereu os documentos de identidade de cada um dos africanos, para dar início ao processo de inclusão do grupo de refugiados na nova sociedade, facultando-lhes usufruir de todos os benefícios aos quais viessem a ter direito por lei.
 - (C) Eu, na condição de seu advogado, adverto que, caso se recuse a pagar a pensão alimentícia determinada pelo juiz, poderá receber ordem de prisão, contra a qual há poucos recursos a serem interpostos, com pouca chance de obterem sucesso.
 - (D) Para que tivesse a reintegração de posse e reavisse os direitos sobre sua propriedade, o fazendeiro teve de esperar mais de um ano para que os invasores se retirassem de suas terras, por meio de ordem judicial e com a escolta da polícia militar.
 - (E) Os integrantes do júri se disporem a participar de mais de uma sessão para avaliar minuciosamente o caso, uma vez que se comprometeram a estabelecer critérios morais precisos para julgar o réu com a maior isenção possível.
11. No tocante às normas constitucionais referentes à saúde, é correto afirmar que
- (A) as ações e os serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, devem se nortear, dentre outras diretrizes, pela centralização.
 - (B) o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União e dos Estados, exceto dos Municípios que receberão os recursos arrecadados.
 - (C) são de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, não podendo sua execução ser feita por pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos.
 - (D) os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por contratação direta, sem necessidade de processo seletivo público.
 - (E) as instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
12. Segundo a Constituição, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de
- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
 - (B) progressiva universalização do ensino médio e do ensino universitário gratuitos, com atendimento prioritário das minorias e grupos vulneráveis por meio de políticas públicas adequadas.
 - (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 (seis) anos de idade, com atendimento gratuito a ser prestado pelos Municípios.
 - (D) oferta de ensino noturno regular, a partir dos 16 anos de idade, adequado às condições do educando.
 - (E) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, que deverão ter atendimento prioritário separadamente da rede regular de ensino.

- 13.** Nos termos do que dispõe a Constituição Federal, o limite de gastos que a Câmara Municipal pode ter com a folha de pagamento, em relação a sua receita, é de
- (A) cinquenta por cento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (B) sessenta por cento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (C) sessenta por cento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (D) setenta por cento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (E) setenta por cento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- 14.** É uma competência constitucional do Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal. Com relação a essa competência, é correto afirmar:
- (A) pode ser exercida por meio de decreto e é indelegável.
 - (B) pode ser exercida por meio de decreto, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (C) deve ser exercida, em qualquer hipótese, por meio de lei, não podendo ser delegada.
 - (D) pode ser exercida por meio de decreto, em qualquer hipótese, e pode ser delegada.
 - (E) não pode ser delegada quando implicar aumento de despesa ou criação e extinção de cargos públicos.
- 15.** Considerando o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Órgão fracionário de Tribunal não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas pode afastar a sua incidência, sem violar a cláusula de reserva de plenário.
 - (B) A colisão entre norma pré-constitucional e uma nova Constituição deve ser resolvida segundo os princípios de direito intertemporal.
 - (C) Os partidos políticos têm legitimação ampla de propositura da ação direta de inconstitucionalidade, mesmo sem representação no Congresso Nacional.
 - (D) A propositura de ação direta de inconstitucionalidade pelos Governadores e Assembleias Legislativas junto ao STF dispensa a denominada pertinência temática.
 - (E) É admissível, durante o curso do processo, a desistência da ação declaratória de constitucionalidade, mas não se admite a intervenção de terceiros.
- 16.** Considerando as normas constitucionais a respeito da política urbana, assinale a alternativa correta.
- (A) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião e nem poderão ser desapropriados.
 - (B) A desapropriação de imóveis urbanos será feita mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização.
 - (C) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (D) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica Municipal.
 - (E) Usucapião de área urbana, de até 300 metros quadrados, exige cinco anos de posse ininterrupta e sem oposição, que esteja sendo utilizada para moradia sua ou de sua família.
- 17.** Segundo a Constituição Federal, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito:
- (A) os Prefeitos, os Vereadores e os Governadores de Estado e do Distrito Federal.
 - (B) os Vereadores, os Deputados federais e estaduais e os Senadores.
 - (C) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Federais e os Senadores.
 - (D) os Prefeitos e os Vereadores.
 - (E) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
- 18.** A respeito da ordem econômica e financeira, é correto afirmar, nos moldes da Constituição Federal, que
- (A) é vedada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, cabendo a este as funções de regular o mercado e fiscalizar a atividade econômica privada.
 - (B) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos é da competência do Estado onde se situar o respectivo recurso.
 - (C) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País é um dos princípios da ordem econômica.
 - (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que obtida a devida autorização dos respectivos órgãos públicos.
 - (E) a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à redução da concorrência e à atividade de obtenção de lucros.

19. Fulano da Silva, funcionário público municipal, detentor de cargo efetivo, praticou ato considerado ilícito nas esferas criminal e administrativa. A sentença penal, transitada em julgado, negou a existência do fato e absolveu Fulano. Considerando as normas do direito pátrio no que tange ao tema da responsabilidade dos agentes públicos, é correto afirmar que Fulano
- (A) poderá ainda ser punido administrativamente, uma vez que essas duas instâncias são independentes e não se comunicam.
 - (B) não mais poderá ser punido pela Administração, tendo em vista que a referida decisão penal de absolvição do servidor afasta a responsabilidade administrativa.
 - (C) poderá ser punido pela Administração, posto que a responsabilidade administrativa somente poderia ser afastada se a sentença criminal negasse a autoria do fato.
 - (D) não mais poderá ser punido, uma vez já julgado na esfera penal, independentemente do fundamento, vez que esta prevalece sobre as demais esferas de responsabilidade.
 - (E) poderá ser ainda punido pela Administração, considerando que a absolvição criminal que negou a existência do fato não vincula o administrador.
20. Assinale a alternativa correta a respeito do ato administrativo.
- (A) O ato vinculado não pode ser revogado pela Administração e nem pelo Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário praticado por agente incompetente deve ser revogado.
 - (C) A revogação desconstitui o ato administrativo com efeitos *ex tunc*.
 - (D) O ato discricionário é infenso ao controle de legalidade praticado pelo Poder Judiciário.
 - (E) O ato discricionário transita no espaço da ausência de normatividade que discipline o seu objeto.
21. “Contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de bem de seu domínio a um particular, para que o explore por sua conta e risco, segundo a sua específica destinação” (Hely Lopes Meirelles). Considerando os diferentes tipos de usos de bens públicos, é correto afirmar que essa é uma definição de
- (A) permissão de uso.
 - (B) autorização de uso.
 - (C) legitimação de posse.
 - (D) cessão de uso.
 - (E) concessão de uso.
22. São exemplos de serviços públicos *uti singuli*:
- (A) iluminação pública, calçamento e fornecimento de gás.
 - (B) energia elétrica, iluminação pública e saúde.
 - (C) telefonia, energia elétrica e fornecimento de água.
 - (D) educação, saúde e policiamento.
 - (E) transporte coletivo, defesa civil e educação.
23. Assinale a alternativa correta a respeito do instituto da desapropriação em âmbito municipal.
- (A) Entre os tipos de desapropriação, o direito brasileiro contempla aquela decorrente do desatendimento a normas do Plano Diretor, a chamada desapropriação-sanção, que se faz mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
 - (B) Após a aplicação do IPTU progressivo no tempo, na forma da lei, pelo período de três anos, sem que o proprietário cumpra as obrigações legais relativas ao imóvel, o Município poderá proceder à desapropriação.
 - (C) A declaração expropriatória a ser decretada pelo Prefeito Municipal ou por lei da Câmara Municipal tem, entre seus efeitos, o poder de retirar o bem da posse do seu proprietário.
 - (D) Caso o imóvel expropriado não tenha o destino para o qual se desapropriou, o Município tem o direito de exigir de volta o seu imóvel por meio do instituto da retrocessão.
 - (E) O Município, como expropriante, pode desistir da desapropriação a qualquer tempo, mesmo após a adjudicação, revogando o ato expropriatório e pagando a indenização ao expropriado por eventuais prejuízos causados.
24. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, é correto afirmar sobre o procedimento administrativo e o processo judicial:
- (A) O juiz criminal é quem tem atribuição legal para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (B) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria, dispensando-se, nessa fase, a indicação de eventuais provas.
 - (C) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao respectivo Chefe do Poder Executivo da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
 - (D) A ação principal, que terá o rito sumário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
 - (E) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

- 25.** A Prefeitura de Suzano pretende contratar os seguintes serviços de terceiros: publicidade e divulgação dos atos da administração de interesse da coletividade; e defesa profissional de uma complexa causa jurídica de interesse do Município. Assim sendo, nos moldes do disposto na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que
- (A) o primeiro serviço pode ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, enquanto que o segundo exige a licitação na modalidade concorrência.
 - (B) ambos os serviços podem ser contratados diretamente, por inexigibilidade de licitação.
 - (C) ambos os serviços podem ser contratados diretamente, por dispensa de licitação.
 - (D) o primeiro deve ser contratado por licitação, e o segundo pode ser contratado diretamente, por inexigibilidade de licitação, desde que de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
 - (E) o primeiro pode ser contratado diretamente, por inexigibilidade de licitação, desde que de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, enquanto que o segundo exige licitação.
- 26.** Assinale a alternativa que contempla corretamente duas infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
- (A) Impedir o funcionamento regular da Câmara; nomear, admitir ou designar servidor contra expressa disposição de lei.
 - (B) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
 - (C) Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
 - (D) Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura; deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.
 - (E) Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei.
- 27.** Conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, denomina-se
- (A) outorga onerosa do direito de construir.
 - (B) direito de preempção.
 - (C) direito de superfície.
 - (D) transferência do direito de construir.
 - (E) contraprestação edílica compulsória.
- 28.** Assinale a alternativa correta a respeito dos fatos e negócios jurídicos, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) É nulo o negócio jurídico celebrado por relativamente incapaz, quando não houver sido assistido por seu representante legal.
 - (B) O dolo é modalidade de defeito do negócio jurídico, causando sua nulidade absoluta.
 - (C) Anulado determinado negócio jurídico em ação pauliana, o proveito econômico será revertido ao autor da ação.
 - (D) É ilícita a condição que sujeitar o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
 - (E) A existência de declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira implica em nulidade relativa do negócio jurídico.
- 29.** Assinale a alternativa correta a respeito da aquisição e extinção de direitos pela influência do tempo, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) O falecimento da pessoa física ou a extinção da pessoa jurídica de direito privado não configuram causas de interrupção da prescrição.
 - (B) A prescrição aquisitiva de bem público dominical é de 10 (dez) anos, reduzindo-se pela metade se o possuidor não possuir outro imóvel, rural ou urbano.
 - (C) Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (D) Para fins de usucapião, é ilícito ao sucessor singular unir sua posse à posse de seu antecessor.
 - (E) Os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes, desde que não impliquem em redução dos prazos legais.
- 30.** Para os fins legais, somente se considera de boa-fé a posse
- (A) que foi adquirida onerosamente, ainda que o antecessor não possua justo título.
 - (B) cuja transferência tenha respaldo em instrumento contratual, público ou particular.
 - (C) se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
 - (D) exercida por 1 (um) ano, no mínimo.
 - (E) que não seja decorrente de prévia relação de detenção entre o possuidor e a coisa.

31. Sobre o instituto da hipoteca, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a instituição de mais de uma hipoteca sobre o mesmo bem.
 - (B) São nulas de pleno direito as cláusulas que proíbem ao proprietário alienar o bem hipotecado ou estabeleçam o vencimento antecipado da dívida, em caso de alienação.
 - (C) O título que institui a hipoteca deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos do local onde está situado o bem hipotecado.
 - (D) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro que financiou a obra não tem eficácia perante aquele que adquiriu unidade autônoma do empreendimento imobiliário.
 - (E) A extinção da hipoteca, por arrematação ou adjudicação do bem hipotecado, não exige a notificação dos credores hipotecários que não forem partes na execução.
32. Assinale a alternativa correta quanto ao direito real de servidão.
- (A) O dono de prédio que não tiver acesso à via pública pode exigir a constituição de servidão de passagem.
 - (B) O exercício incontestado e contínuo de uma aparente servidão de trânsito, pelo prazo de 10 (dez) anos, em imóvel público dominical, gera usucapião em benefício do prédio dominante.
 - (C) Quando a servidão foi instituída por disposição de última vontade, sua constituição e eficácia independem de registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) O desuso não pode constituir causa de extinção da servidão, ressalvada a possibilidade de renúncia do direito pelo titular da servidão.
 - (E) Quando o prédio dominante estiver hipotecado e a servidão estiver mencionada no título hipotecário, o cancelamento da servidão somente poderá ser realizado com a concordância do credor.
33. Assinale a alternativa correta a respeito das obrigações solidárias.
- (A) O ajuizamento de ação, pelo credor, em desfavor de apenas um dos devedores solidários, não importa em renúncia da solidariedade.
 - (B) A solidariedade ativa se presume; a passiva resulta da lei ou da vontade das partes.
 - (C) É vedado ao credor renunciar à solidariedade em favor de apenas um ou alguns dos devedores solidários.
 - (D) Falecendo um dos credores solidários, cada um de seus herdeiros poderá, em regra, exigir o crédito por inteiro.
 - (E) Não se admite a instituição de solidariedade passiva em instrumento particular de confissão de dívida.
34. Assinale a alternativa correta a respeito da compra e venda de bem imóvel e suas peculiaridades.
- (A) O adquirente de bem imóvel que esteja alugado deverá respeitar o contrato de locação celebrado entre o anterior proprietário e o locatário, independentemente das cláusulas e condições do contrato de locação.
 - (B) Nas operações de financiamento imobiliário, tem efeito de escritura pública o instrumento particular cujo objeto seja a compra e venda de bem imóvel com pacto de alienação fiduciária em garantia.
 - (C) O contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel, cujo preço deva ser pago em prestações, não constitui título hábil a registro perante o Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) Salvo disposição em contrário, as despesas com a escrituração e o registro da compra e venda caberão ao vendedor.
 - (E) Os servidores públicos não podem comprar bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, salvo se a alienação se der por meio de hasta pública.
35. Em matéria de responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que
- (A) aquele que ressarcir dano causado por seu filho relativamente incapaz pode reaver deste aquilo que pagou.
 - (B) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
 - (C) a indenização é medida, preponderantemente, pela gravidade da culpa e pela capacidade econômica dos envolvidos.
 - (D) a injúria, a calúnia e a difamação, por presunção *juris et de jure*, não geram direito à indenização por danos materiais.
 - (E) há responsabilidade civil objetiva quando a atividade normalmente exercida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.

36. A respeito do conceito de fornecedor, é correto afirmar que
- (A) a pessoa física pode ser considerada fornecedora de serviços, mas não de produtos.
 - (B) a pessoa jurídica de direito público não pode ser considerada prestadora de serviços de fornecimento de água, por tratar-se de serviço público essencial.
 - (C) produto é qualquer bem material, mas não imaterial.
 - (D) os entes despersonalizados serão considerados fornecedores, apenas se desenvolverem atividade de comercialização de produtos.
 - (E) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
37. No que concerne à responsabilidade do fornecedor de serviços, assinale a alternativa correta.
- (A) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por informações insuficientes sobre sua fruição e riscos.
 - (B) O serviço é defeituoso, mesmo fornecendo a segurança que dele se pode esperar, quando não atenda as circunstâncias relevantes esperadas pelo consumidor, quando da formação de sua convicção.
 - (C) O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar culpa concorrente.
 - (D) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada, como regra, independentemente da verificação de culpa.
 - (E) O serviço será considerado defeituoso, caso o fornecedor, pela adoção de técnicas mais modernas, pudesse chegar a melhor resultado.
38. Quanto à prescrição e à decadência, no âmbito do direito do consumidor, é correto asseverar que
- (A) o direito de reclamar pelos vícios de fácil constatação caduca em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço não durável.
 - (B) o direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em 120 (cento e vinte) dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis.
 - (C) o termo inicial da contagem do prazo decadencial ocorre a partir do início da execução dos serviços de forma viciada.
 - (D) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto, iniciando-se, porém, a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
 - (E) obsta a decadência a instauração de inquérito civil, voltando a correr o prazo decadencial no momento imediatamente posterior.

39. Assinale a alternativa correta a respeito das regras de competência, de acordo com o Código de Processo Civil.
- (A) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, estará prevento aquele para o qual foi distribuída a ação em primeiro lugar.
 - (B) Considerando a independência entre os juízos cível e criminal, é vedado ao juiz determinar a suspensão do processo cível até que se pronuncie a justiça criminal sobre o fato delituoso.
 - (C) A competência do Juízo regional, dentro de uma mesma comarca, é de natureza absoluta, não se admitindo prorrogação por vontade das partes.
 - (D) Em caso de ajuizamento de ação que desrespeita as regras de competência em razão da matéria, deverá o réu opor exceção de incompetência.
 - (E) Nos conflitos de competência, é dispensada a manifestação do Ministério Público, salvo quando a lide versar sobre direito indisponível.
40. Assinale a alternativa correta sobre as formas, modalidades, prazos e consequências inerentes ao instituto da citação.
- (A) Nos processos em que for ré pessoa jurídica de direito público, a citação será realizada, em regra, pelos correios.
 - (B) É vedada a citação por edital na execução fiscal.
 - (C) Nas ações de execução, havendo mais de um executado, o prazo comum para que oponham embargos à execução contar-se-á da juntada do último mandado aos autos.
 - (D) Na citação por edital, conta-se o prazo para apresentar defesa da publicação do último edital.
 - (E) A incompetência do juiz que determina a citação não evita a interrupção da prescrição.
41. Assinale a alternativa correta a respeito dos procedimentos ordinário e sumário.
- (A) No procedimento sumário, é vedada a antecipação dos efeitos da tutela *inaudita altera parte*.
 - (B) Seguirão o procedimento sumário as ações cuja pretensão seja o ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico, independentemente do valor.
 - (C) É vedado ao magistrado converter o rito sumário em ordinário, salvo se houver concordância de ambas as partes.
 - (D) Tanto no procedimento ordinário como no procedimento sumário é admitido o pedido contraposto, formulado na contestação.
 - (E) No procedimento sumário, é vedada a citação por edital.

42. Com relação ao depoimento pessoal da parte, é correto afirmar que
- (A) caso se recuse a depor, presumir-se-ão confessados os fatos contra ela alegados.
 - (B) a intimação da parte se dará por meio de seu advogado.
 - (C) depende de requerimento da parte contrária, não podendo ser determinado de ofício pelo juiz.
 - (D) o depoimento é colhido em audiência de conciliação, caso não haja acordo entre as partes.
 - (E) as perguntas são dirigidas diretamente ao depoente, pelos advogados, sem intermediação do juiz.
43. Assinale a alternativa correta no que tange às ações possessória e reivindicatória.
- (A) A ação reivindicatória segue procedimento especial, regulado pelo vigente Código de Processo Civil.
 - (B) No procedimento especial de reintegração de posse, não se admite a cumulação do pedido possessório com perdas e danos.
 - (C) Na ação reivindicatória, não pode o réu alegar, em contestação, exceção de domínio com fundamento na prescrição aquisitiva.
 - (D) É vedado o liminar deferimento de reintegração de posse, *inaudita altera parte*, contra as pessoas jurídicas de direito público.
 - (E) Na ação reivindicatória, deve o autor comprovar sua posse anterior, sob pena de indeferimento da petição inicial.
44. Compreende-se por efeito regressivo do recurso:
- (A) a suspensão dos efeitos da decisão, até o julgamento do recurso interposto.
 - (B) o exercício do contraditório pela parte recorrida.
 - (C) o recebimento de um recurso em lugar de outro, em homenagem à instrumentalidade das formas.
 - (D) a prerrogativa do órgão judicial *ad quem* de reformar integralmente a decisão do órgão *a quo*.
 - (E) o juízo de retratação realizado pelo prolator da decisão recorrida.
45. Nas ações movidas contra o Poder Público, o pedido de suspensão da execução da liminar ao presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, com o objetivo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, é cabível:
- (A) na ação civil pública e na ação popular, apenas.
 - (B) no mandado de segurança, na ação civil pública, na ação popular e na ação cautelar inominada.
 - (C) na ação civil pública, apenas.
 - (D) no mandado de segurança e na ação civil pública, apenas.
 - (E) no mandado de segurança, apenas.
46. Assinale a alternativa correta com relação ao procedimento da execução e suas formas de defesa.
- (A) Nas ações de execução por quantia certa, não são devidos honorários advocatícios se o executado pagar a dívida tão logo for citado.
 - (B) A penhora de bens imóveis tem preferência em relação à penhora de dinheiro e veículos terrestres.
 - (C) A apresentação de objeção de pré-executividade não suspende o prazo para oposição de embargos à execução.
 - (D) É vedado ao exequente requerer a adjudicação do bem penhorado como forma de satisfação da execução.
 - (E) Os embargos à execução são dotados, em regra, de efeito suspensivo.
47. Assinale a alternativa correta com relação aos aspectos processuais da ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/1985.
- (A) Em regra, é competente para processar e julgar as ações civis públicas o foro de domicílio do autor da ação.
 - (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, a fixação de multa diária para cumprimento da obrigação depende de requerimento do autor.
 - (C) Reconhecida a continência entre ações que tramitam na Justiça Federal e na Justiça Estadual, as ações serão reunidas na Justiça Estadual.
 - (D) É facultado ao Poder Público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes.
 - (E) É irrecurável a decisão do magistrado de primeiro grau que conceder medida liminar para evitar dano irreparável ou de difícil reparação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

48. Em sede de execução fiscal, a penhora ou arresto de bens obedecerá à ordem estabelecida pela lei específica que rege o procedimento. Nesse sentido, o juiz ordenará a remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exequente, sempre que essa o requerer. Esse requerimento poderá ser promovido
- (A) em qualquer fase do processo.
 - (B) em até 5 dias da juntada do mandado cumprido.
 - (C) até a designação da hasta pública.
 - (D) em até 48 horas da realização do bloqueio de valores online.
 - (E) somente após o oferecimento dos embargos do devedor.
49. De acordo com as disposições legais atinentes à matéria, a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação. Se o requerido for pessoa jurídica, a indisponibilidade recairá somente sobre os bens do seu ativo permanente. Referida indisponibilidade poderá, ainda, ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que, em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais, nos casos de lançamento por homologação, ao tempo
- (A) do fato gerador.
 - (B) da constituição do crédito tributário.
 - (C) do inadimplemento da obrigação fiscal.
 - (D) da notificação de débito.
 - (E) da inscrição na dívida ativa.
50. Segundo disposição do Código Tributário Nacional, a lei pode autorizar que a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, diante de erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato, conceda
- (A) anistia.
 - (B) moratória.
 - (C) isenção.
 - (D) remissão.
 - (E) transação.

51. Suprimir ou reduzir tributo ou contribuição social e qualquer acessório, mediante omissão de informação ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias, dentre outras condutas especificadas em lei, constitui crime contra a ordem tributária. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A conduta não tipifica o crime material antes do lançamento definitivo do tributo.
 - (B) O crime é de ação penal subsidiária da pública.
 - (C) A representação fiscal para fins penais será encaminhada ao Ministério Público tão logo seja proferida decisão de primeira instância na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.
 - (D) Se o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do oferecimento da denúncia, fica extinta a punibilidade.
 - (E) Se o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição, inclusive acessórios, após o recebimento da denúncia, fica excluída a culpabilidade.
52. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo pago indevidamente prescreve em dois anos. O prazo de prescrição, contudo, é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada,
- (A) por inteiro.
 - (B) por metade.
 - (C) pelo que resta, desconsiderando-se o tempo já decorrido.
 - (D) pelo que resta, considerando-se o tempo já decorrido.
 - (E) por noventa dias.

DIREITO FINANCEIRO

53. De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, as operações de crédito são
- (A) receitas correntes.
 - (B) despesas correntes.
 - (C) receitas de capital.
 - (D) investimentos.
 - (E) inversões financeiras.

54. No tocante à elaboração da Lei do Orçamento, nos termos da norma geral que regula o tema, o Poder Legislativo, se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, deverá
- (A) elaborar a proposta no prazo máximo de cento e oitenta dias antes do término do exercício financeiro.
 - (B) considerar como proposta a Lei do Orçamento vigente.
 - (C) considerar como proposta a que for apresentada por qualquer de seus membros.
 - (D) convocar, em trinta dias, o Conselho participativo a fim de que apresente a proposta.
 - (E) aplicar as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias federal.
55. A respeito da licitação na modalidade pregão, é correto afirmar que
- (A) o prazo de validade das propostas será de 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (B) é permitida a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
 - (C) a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, observadas as regras estabelecidas em lei.
 - (D) no âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas, exclusivamente, por policiais federais.
 - (E) é expressamente vedada a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacionais aos órgãos e entidades promotores da modalidade pregão.
56. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento é matéria em cujas disposições cabe a lei
- (A) de diretrizes orçamentárias.
 - (B) do plano plurianual.
 - (C) do orçamento anual.
 - (D) do plano diretor.
 - (E) de licitações.
57. Sobre os crimes praticados por particular contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) “A” estava em um bar tomando uma cerveja quando, ao se levantar, acidentalmente a derrubou sobre o policial que estava ao seu lado. Desculpou-se, mas recebeu voz de prisão por desacato, momento em que resistiu à prisão. Deverá responder também pelo crime de resistência.
 - (B) “B” é réu em processo por crime de homicídio e está temeroso quanto à opinião e decisão que os jurados possam tomar no júri. Sabendo disso, “C” o procura e, em troca de certa quantia em dinheiro, promete que poderá influenciar a maioria dos jurados sorteados, pois afirma que os conhece. A conduta de “C” poderá ser enquadrada como tráfico de influência.
 - (C) O crime de descaminho não permite a aplicação do princípio da insignificância, em razão da natureza tributária.
 - (D) O contribuinte individual, em relação a segurado que lhe presta serviço, não se equipara à empresa e não pode responder pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária.
 - (E) Comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras não pode ser considerado atividade comercial para enquadramento no crime de descaminho.
58. Sobre a extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de evasão do condenado, a contagem do prazo prescricional é suspensa e a pena cumprida não será deduzida para cálculo da prescrição.
 - (B) A decadência, que consiste na perda do *ius puniendi*, via de regra, ocorre no prazo de 6 meses a contar da data do fato.
 - (C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
 - (D) Concedido o perdão judicial, a sentença que o conceder será considerada para efeitos de reincidência.
 - (E) As penas restritivas de direitos prescrevem em 3 (três) anos.

59. Assinale a alternativa correta.

- (A) As penas privativas de liberdade podem ser substituídas por penas restritivas de direitos, desde que preenchidos requisitos determinados pelo Código Penal. Caso o condenado seja reincidente, o juiz não poderá, em nenhuma hipótese, aplicar a substituição.
- (B) Ao agente que, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se, de acordo com esse entendimento, será sempre aplicada a medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.
- (C) Revogado o livramento condicional, quando a revogação resultar de condenação por crime anterior ao benefício, não se desconta da pena o tempo em que esteve solto o condenado.
- (D) A pena de multa será fixada pelo juiz na sentença e calculada em dias-multa. Não poderá ser inferior a 10 (dez) e nem superior a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. O valor do dia-multa não poderá ser inferior a um trigésimo do maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato.
- (E) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 anos, sendo permitida a unificação das penas, apenas uma vez, caso o agente seja condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a esse limite.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

60. Acerca da prisão e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada pelo juiz em qualquer fase da investigação policial, bem como da ação penal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- (B) A fiança pode ser concedida pela autoridade policial nos casos de infração punida com reclusão cuja pena máxima não seja superior a 5 anos.
- (C) Agente preso pela prática do crime de tráfico de drogas poderá ter a liberdade provisória deferida pelo juiz.
- (D) Nos crimes cuja pena de reclusão máxima prevista não seja superior a 4 anos, o limite do valor da fiança será de 1 a 50 salários-mínimos.
- (E) Aqueles que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida podem receber nova concessão desde que se comprometam a comparecer a todos os atos do processo.

61. De acordo com o princípio da correlação entre a imputação e a sentença, a decisão do magistrado deve se amoldar aos fatos descritos na inicial acusatória. Dessa forma, ao proferir a sentença, o juiz pode alterar a definição jurídica do fato utilizando-se de dois institutos previstos no Código de Processo Penal: a *mutatio libelli* e a *emendatio libelli*. Acerca desta última, assinale a alternativa correta.

- (A) É hipótese na qual o magistrado, ao pronunciar ou condenar o acusado, pode atribuir nova definição jurídica ao fato, acrescentando, inclusive, circunstância ou elemento não contido na inicial.
- (B) A nova definição jurídica dada pelo juiz nesse caso não pode importar em pena mais grave.
- (C) Apesar de poder alterar a definição do crime, o juiz não pode fazê-lo em decorrência de interpretação diversa do Ministério Público, autor da inicial acusatória.
- (D) Ao atribuir a nova capitulação ao fato descrito na inicial, o magistrado pode inclusive suprimir circunstâncias contidas na descrição do fato.
- (E) A desclassificação operada pela *emendatio libelli* não pode modificar a competência do juízo.

62. Sobre o procedimento do júri, assinale a alternativa correta.

- (A) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 meses que antecederem à publicação da lista geral de jurados, desta ficará excluído, bem como nos próximos 3 anos.
- (B) Se o interesse da ordem pública reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri, poderá ocorrer o desaforamento, que será requerido pelo Ministério Público, assistente de acusação, querelante ou acusado e deferido ou não pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.
- (C) O serviço do júri é obrigatório e o alistamento abrange os cidadãos maiores de 18 anos, de notória idoneidade. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 5 a 15 salários-mínimos e a imposição de prestação de serviços à comunidade.
- (D) O exercício efetivo na função de jurado e durante o julgamento transforma o jurado em funcionário público, podendo este responder por crime funcional.
- (E) A testemunha que, sem justa causa, deixar de comparecer ao julgamento, responderá imediatamente por desobediência e deverá prestar serviços à comunidade.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

63. A equiparação salarial é devida quando satisfeitos os requisitos objetivos da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) independentemente da natureza jurídica do empregador.
 - (B) exceto quando o empregador for pessoa jurídica sem finalidade lucrativa.
 - (C) inclusive quando o empregador for sociedade de economia mista.
 - (D) desde que o desnível salarial não tenha origem em decisão judicial.
 - (E) desde que não se trate de trabalho intelectual.
64. As condições do contrato de trabalho podem ser alteradas
- (A) na hipótese de exercício regular do *jus variandi* pelo empregador.
 - (B) desde que o empregado seja devidamente compensado financeiramente.
 - (C) desde que haja cláusula contratual expressa e manifestação do empregado acerca da ausência de prejuízo.
 - (D) quando o empregador tiver a intenção de reestruturar a empresa.
 - (E) apenas nas hipóteses de promoção e consequente majoração salarial.
65. A despedida por justa causa
- (A) depende de ajuizamento do Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave quando se trata de empregado público.
 - (B) não exige o empregador de indenizar as férias vencidas e não gozadas.
 - (C) depende de apuração regular do ato faltoso em procedimento interno de investigação.
 - (D) pressupõe a ocorrência de punições anteriores.
 - (E) só é admitida após regular apuração dos fatos em inquérito policial.
66. Sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) o prazo será sempre de cinco dias, com interrupção do prazo para outros recursos.
 - (B) o prazo será sempre de cinco dias, com suspensão do prazo para outros recursos.
 - (C) o prazo será de oito dias, exceto para a Fazenda Pública, cujo prazo é dobrado.
 - (D) a Fazenda Pública terá prazo de dez dias, com suspensão do prazo para outros recursos.
 - (E) a Fazenda Pública terá prazo de dez dias, com interrupção do prazo para outros recursos.

67. A responsabilidade trabalhista da Fazenda Pública, quando ostentar a condição de tomadora de serviços terceirizados,
- (A) não subsiste quando a empresa prestadora dos serviços é contratada após regular procedimento de licitação.
 - (B) não subsiste em face de decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal.
 - (C) subsiste em qualquer circunstância, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Administração Pública.
 - (D) subsiste desde que demonstrada a culpa *in vigilando* ou culpa *in eligendo*.
 - (E) subsiste desde que haja previsão contratual.

DIREITO ELEITORAL

68. Assinale a alternativa correta sobre a ação de investigação judicial eleitoral, que visa a combater os abusos do poder econômico e/ou político, praticados por candidatos, partido político, coligação, autoridades ou qualquer pessoa que "haja contribuído para o ato".
- (A) A competência para seu julgamento é do juiz eleitoral nas eleições de governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito.
 - (B) O Tribunal não declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato se julgada procedente a ação após a proclamação dos eleitos.
 - (C) Para a configuração do ato abusivo, será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, além da gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
 - (D) Julgada procedente em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, tornam inelegíveis os sujeitos passivos para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados.
 - (E) Deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé não implica em crime eleitoral, razão por que seu ajuizamento não prescinde de prova pré-constituída.
69. Pode-se afirmar que o crime de perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento eleitoral, tipificado no artigo 293 do Código Eleitoral, é um crime
- (A) comum, doloso, admite concurso e tem como bem jurídico a tutela do alistamento eleitoral.
 - (B) próprio, culposo, não admite concurso e tem como bem jurídico a tutela do alistamento eleitoral.
 - (C) comum, culposo, admite concurso e tem como bem jurídico a tutela do alistamento eleitoral.
 - (D) próprio, doloso, não admite concurso e tem como bem jurídico a tutela do alistamento eleitoral.
 - (E) comum, doloso, não admite concurso e tem como bem jurídico a tutela do alistamento eleitoral.

70. Sobre as condutas vedadas a agentes públicos, servidores ou não, em campanhas eleitorais, é correto afirmar que
- (A) nos seis meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos podem nomear ou exonerar de cargos em comissão e dispensar de funções de confiança.
 - (B) podem usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
 - (C) são proibidos de nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional.
 - (D) não são proibidos de fazer ou permitir uso promocional em favor do candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
 - (E) nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos são proibidos de transferir ou remover *ex officio* militares, policiais civis e agentes penitenciários.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

71. Não é de hoje que nosso legislador se preocupa com a gestão dos Recursos Hídricos do Brasil, tanto que em 1997, por meio da Lei Federal nº 9.433, instituiu as políticas públicas para que a gestão de tal recurso natural seja feita de maneira adequada. Assim, analisando o texto legal em comento, assinale a alternativa correta.
- (A) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos será exclusivamente para o consumo humano.
 - (B) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural dependem de outorga do Poder Público, conforme descrito em regulamento.
 - (C) A outorga do uso dos recursos hídricos deverá ser concedida por órgão público vinculado à União, não possuindo competência para tal ato os Estados e os Municípios.
 - (D) A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será exercida pelo órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos.
 - (E) A outorga de um recurso hídrico implica em alienação parcial e temporária das águas, que são inalienáveis, concedendo-se, assim, apenas o direito de seu uso.

72. A Lei nº 9.394/96 traça as diretrizes e bases da educação nacional brasileira. Acerca da educação básica, é correto afirmar que
- (A) poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
 - (B) a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório, sendo que todos os alunos matriculados em séries que correspondam a essa etapa da educação são obrigados a cursar tal disciplina, sem exceções.
 - (C) nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultativo o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
 - (D) a educação infantil será oferecida em pré-escolas, atendendo crianças que tenham faixa etária de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.
 - (E) o ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, sendo gratuito na escola pública, inicia-se aos 7 (sete) anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão.
73. A proteção legal da vegetação nativa hoje se vê descrita no texto da Lei nº 12.651/2012. De acordo com essa Lei, entende-se por
- (A) Amazônia Legal a área que engloba apenas os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá, além de regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e a oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão.
 - (B) utilidade pública, dentre outros, as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho.
 - (C) manejo sustentável a substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.
 - (D) atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, dentre outras, a exploração agroflorestral sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área.
 - (E) interesse social a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores.

74. O Estatuto do Idoso, importante lei nacional que visa resguardar os interesses daqueles que possuem 60 anos ou mais, é ferramenta de equilíbrio social, estabelecendo uma série de direitos a esse segmento de pessoas. Sobre o que prevê a legislação em referência, assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 15% (quinze por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.
- (B) A competência para a análise das ações propostas a fim de preservar os interesses coletivos *lato sensu*, que envolvam a proteção dos idosos, serão propostas no foro do domicílio do idoso ou no local onde se deram os fatos a serem apurados, por se tratar de competência relativa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e originária dos Tribunais Superiores.
- (C) Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade, é crime cuja ação penal será pública, condicionada a representação.
- (D) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, em qualquer instância.
- (E) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

75. Imagine que André é paraplégico e encontra uma imensa dificuldade em transitar pelos bairros de sua cidade, tendo em vista que as calçadas estão repletas de degraus muito altos que o impossibilitam de usar tal espaço de forma segura. Sabe-se que a Lei nº 10.098/00 é instrumento normativo que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, no caso em tela, André está diante de uma barreira

- (A) na edificação.
- (B) de transporte.
- (C) arquitetônica urbanística.
- (D) de comunicação.
- (E) de fruição de bens particulares.

76. Sobre o que dispõe a lei do parcelamento do solo, é correto afirmar que

- (A) a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal, diretrizes essas que depois de expedidas valerão pelo prazo máximo de dois anos.
- (B) o registro do loteamento só poderá ser cancelado por ordem judicial e independentemente da sentença ter transitado em julgado.
- (C) o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes, devendo porém, para ter validade, ter anuência expressa do Poder Público Estadual.
- (D) será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.
- (E) os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, em nenhuma hipótese, a partir da aprovação do loteamento pelos órgãos competentes.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

77. O Prefeito de Suzano pretende conceder determinadas isenções e anistias fiscais relativas aos tributos municipais. Nesse sentido, segundo o que dispõe a Lei Orgânica, é correto afirmar que

- (A) as isenções dependem de autorização legislativa da Câmara Municipal, enquanto que as anistias podem ser feitas por meio de decreto do Prefeito.
- (B) ambas podem ser concedidas por meio de decreto do Prefeito, sem necessidade de autorização legislativa.
- (C) ambas necessitam de autorização legislativa da Câmara Municipal de Suzano, com a sanção do Prefeito.
- (D) as anistias dependem de autorização legislativa da Câmara Municipal de Suzano, e as isenções podem ser feitas por meio de decreto do Prefeito.
- (E) as isenções devem ser concedidas por meio de lei municipal, com sanção do Prefeito, mas a concessão de anistia é vedada pela Lei Orgânica.

- 78.** Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Complementar nº 25/96, que trata do uso, da ocupação e do parcelamento do solo no Município de Suzano.
- (A) Ao longo de águas correntes e dormentes e da faixa de domínio público das rodovias, ferrovias, dutos, rede de alta tensão, será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15,00 m (quinze metros) de cada lado, salvo maiores exigências da Legislação pertinente.
 - (B) É vedada ao loteador a venda ou alienação de lotes em empreendimentos que não estejam devidamente registrados e que não possuam certificado de implantação total ou parcial, fornecido pela Prefeitura, sendo permitidos, nessa fase, apenas a promessa de venda e a reserva de lotes.
 - (C) O cadastramento do parcelamento do solo para fins tributários deverá ser processado e efetivada a sua cobrança mesmo antes da formal comunicação do registro imobiliário correspondente.
 - (D) A construção de edifícios públicos está obrigada à obtenção de aprovação de projeto e pagamento de emolumentos, devendo obedecer às determinações da legislação específica, inclusive de Uso e Ocupação do Solo, e sujeitas à prévia licença da Prefeitura.
 - (E) Para a execução de toda e qualquer obra, construção, reforma ou ampliação, será necessário requerer à Prefeitura o respectivo licenciamento, incluindo os serviços de reparo e substituição de revestimento de muros; impermeabilização de lajes e construção de calçadas.
- 79.** Nos moldes da Lei Complementar nº 39/97, que institui o Código Tributário do Município de Suzano, é correto afirmar que
- (A) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre imóvel que, localizado na zona urbana, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.
 - (B) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana não incide sobre imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.
 - (C) em se tratando de construções demolidas durante o exercício, o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana passará a ser devido apenas sobre o respectivo terreno, a partir da data do término da demolição, devidamente comprovada.
 - (D) a Lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, vedada a restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
 - (E) a competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da capacidade de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar Leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, que poderá ser conferida à outra pessoa jurídica de direito público.
- 80.** João da Silva é servidor público efetivo do Município de Suzano e aposentou-se por invalidez. Não obstante, aos 70 anos de idade, obteve laudo de perícia da Previdência Social por meio do qual foram declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria. Nessa situação, conforme o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano (Lei Complementar nº 190/10), é correto afirmar que João
- (A) terá direito a ser reintegrado ao seu cargo de origem.
 - (B) será revertido ao cargo que anteriormente ocupava ou terá opção de ser indenizado.
 - (C) será readaptado em cargo similar àquele que anteriormente ocupava antes da aposentadoria.
 - (D) não poderá reverter a sua aposentadoria, uma vez que já completou 70 (setenta) anos de idade.
 - (E) não terá direito à reintegração ao cargo, mas deverá ser indenizado em um salário para cada ano em que ficou aposentado.

